

Supremo vai julgar o caso

RITA NARDELLI
Da Editoria de Política

De acordo com a atual Constituição, compete ao procurador-geral da República a arguição de inconstitucionalidade, que deverá ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por este motivo, o PSDB encaminhou a sua representação a Sepúlveda Pertence.

Se não houver alterações no segundo turno de votação da Constituinte, a nova Constituição garantirá o direito de propor a ação de inconstitucionalidade ao presidente da República, às Mesas do Senado, da Câmara dos Deputados e de Assembleia Legislativa, ao governador de Estado, ao procurador-geral da República, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ao partido político com representação no Congresso e à confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

O artigo 82 da Constituição, citado pelo senador Mário Covas na representação, prevê que são crimes de responsabilidade os atos do presidente que

atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Poderes constitucionais dos Estados;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária; e

VII — o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

O dispositivo prevê também que esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento. O artigo seguinte estabelece que o Presidente depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade. Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções.